

Termo de Referência 89/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
89/2024	158517-UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	RUDINEI JUSTI	04/10/2024 14:04 (v 20.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		23205.020100 /2024-37

1. Condições gerais da contratação

TERMO DE REFERÊNCIA

(Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021) -

SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

UNIVERSIDADE FEDERAL FRONTEIRA SUL

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL

(Processo Administrativo nº 23205.020100/2024-37)

1.1. Contratação de serviços de coleta de amostras e análise de parâmetros físico-químicos e microbiológicos de qualidade da água dos sistemas de abastecimento humano dos campi de Chapecó-SC, Erechim-RS, Laranjeiras do Sul-PR e Realeza-PR, em caráter mensal (água tratada) e semestral (água bruta de poços), conforme Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação do Material	Unid.	Quant.	Valor	Total
LOTE/GRUPO 1: GRUPO 1					R\$ 92.118,90
1	3951005100004	UNIDADE	90	R\$ 167,22	15.049,80
	CAMPUS CHAPECÓ - SERVIÇO DE ANÁLISE DA POTABILIDADE DA ÁGUA				
	Serviço de coleta e análise mensal da potabilidade da água - Campus Chapecó. CATMAT/CATSER:19143				
	Quant. Int.				
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL		90	R\$ 15.049,80	
2	3951005100007	UNIDADE	4	R\$ 2.586,75	10.347,00

	CAMPUS CHAPECÓ – SERVIÇO DE COLETA E ANÁLISE DE ÁGUA BRUTA DE POÇO				
	Serviço de coleta e análise semestral de água bruta - Campus Chapecó. CATMAT/CATSER:19143				
	Quant. Int.				
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	4	R\$ 10.347,00		
3	3951005100005	UNIDADE	80	R\$ 165,00	13.200,00
	CAMPUS ERECHIM - SERVIÇO DE ANÁLISE DA POTABILIDADE DA ÁGUA				
	Serviço de coleta e análise mensal da potabilidade da água - Campus Erechim. CATMAT/CATSER:19143				
	Quant. Int.				
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	80	R\$ 13.200,00		
4	3951005100008	UNIDADE	4	R\$ 2.586,75	10.347,00
	CAMPUS ERECHIM – SERVIÇO DE COLETA E ANÁLISE DE ÁGUA BRUTA DE POÇO				
	Serviço de coleta e análise semestral de água bruta - Campus Erechim. CATMAT/CATSER:19143				
	Quant. Int.				
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	4	R\$ 10.347,00		
5	3951005100006	UNIDADE	60	R\$ 185,00	11.100,00
	CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL - SERVIÇO DE ANÁLISE DA POTABILIDADE DA ÁGUA				
	Serviço de coleta e análise mensal da potabilidade da água - Campus Laranjeiras do Sul. CATMAT/CATSER:19143				
	Quant. Int.				
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	60	R\$ 11.100,00		
6	3951005100009	UNIDADE	4	R\$ 2.654,25	10.617,00
	CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL – SERVIÇO DE COLETA E ANÁLISE DE ÁGUA BRUTA DE POÇO				
	Serviço de coleta e análise semestral de água bruta - Campus Laranjeiras do Sul. CATMAT/CATSER:19143				
	Quant. Int.				
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	4	R\$ 10.617,00		
7	3951005100013	UNIDADE	90	R\$ 179,44	16.149,60
	CAMPUS REALEZA - SERVIÇO DE ANÁLISE DA POTABILIDADE DA ÁGUA				
	Serviço de coleta e análise mensal da potabilidade da água - Campus Realeza. CATMAT/CATSER:19143				
	Quant. Int.				
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	90	R\$ 16.149,60		
8	3951005100014	UNIDADE	2	R\$ 2.654,25	5.308,50
	CAMPUS REALEZA – SERVIÇO DE COLETA E ANÁLISE DE ÁGUA BRUTA DE POÇO				
	Serviço de coleta e análise semestral de água bruta - Campus Realeza. CATMAT/CATSER:19143				
	Quant. Int.				
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	2	R\$ 5.308,50		
ITENS ATÉ R\$ 80.000,00					
Lote 1:					

1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8.			
Detalhamento Por Unidade			
	UASG		
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	R\$ 92.118,90	
Detalhamento Por Grupo Material			
	3951 - SERVIÇOS DE ANÁLISES E PESQUISAS CIENTÍFICAS	R\$ 92.118,90	
Valor Total do Processo: R\$ 92.118,90			

1.2 O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que as análises laboratoriais são exigidas mensalmente e semestralmente atendendo à Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021.

1.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5 Os serviços serão realizados nos campi citados, entretanto, a Universidade se dá ao direito de suspender as análises em seus referidos campi por motivo de suspensão do fornecimento próprio ou por força maior.

1.6 O quantitativo disposto no quadro acima se refere a uma quantidade maior de análises do que realmente será executado, isso porque podem surgir demandas decorrentes de pactuações com órgãos de vigilância, recoletas, problemas em poços, entre outros fatores. Entretanto, a UFFS tem um número de análises que têm sido executadas com frequência certa nos últimos anos e seguirão neste contrato, conforme segue: (a) análises mensais; campus Laranjeiras do Sul - 4 amostras/mês; campus Chapecó - 6 amostras/mês; campus Erechim 5 amostras/mês. Para análise de água bruta de poços serão executadas 2 análises por ano, exceto o campus Erechim que tem 2 poços, sendo 4 análises anuais.

1.7 Os parâmetros a serem analisados mensalmente são: **pH, cor aparente, turbidez, coliformes totais e E.coli.**

1.8 A análise semestral deve compreender a análise completa da Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021, água bruta proveniente de poços. Poderá, em caso de migração do manancial para captação superficial, possibilidade muito remota, necessitar de análise completa para rio.

1.9 O campus Laranjeiras do Sul em decorrência de problemas no fornecimento próprio poderá migrar para o fornecimento de água tratada fornecida pela concessionária da cidade. Por este motivo, as análises do campus poderão ser encerradas no andamento do contrato.

1.10 A coleta e análises para o campus de Realeza/PR somente será executada se o campus migrar do abastecimento por concessionária para abastecimento próprio da UFFS. No momento, em virtude da não existência de fornecimento próprio, não serão realizadas as análises no campus Realeza/PR.

1.11 Os relatórios/laudos das análises devem ser entregues em até 10 dias úteis decorrentes da data da coleta.

1.12 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

1.13 A UFFS terá um representante da administração para acompanhar os procedimentos de coleta a serem realizados pela contratada. O representante anotará em registro próprio, eventuais ocorrências relacionadas com a execução do serviço. Considerando que a coleta não envolve a execução de um serviço no ambiente da Universidade, fica facultado a emissão de ordem de serviço pelo Fiscal do contrato (anexo III).

1.14 Para realização das coletas, os eventos serão agendados pelo Servidor Fiscal da Universidade ou pela própria empresa, se autorizado pelo Servidor Fiscal da UFFS. A coleta obrigatoriamente tem que ser em caráter mensal com intervalos próximos de um mês entre cada coleta. As análises de água bruta de poços são em caráter semestral seguindo o mesmo procedimento citado para fins de agendamento.

1.15 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.16 O certame contemplará uma única empresa vencedora para atender todos campi.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2024], conforme detalhamento a seguir:

I- ID PCA no PNCP: 11234780000150-0-000002/2024;

II- Data de publicação no PNCP: 09/02/2024;

III- Id do item no PCA: 2692 e 2693;

IV- Classe/Grupo: 835 - Serviços Científicos e outros serviços Técnico;

V- Identificador da Futura Contratação: 339/2024

3. Descrição da solução como um todo

3.1 Esta contratação tem como finalidade atender a legislação sanitária no tocante a qualidade da água para consumo humano. Nos locais em que a própria UFFS fornece água tratada, a partir de seus poços próprios, devem ocorrer análises mensais de potabilidade da água para avaliar indicadores de contaminação que eventualmente possam existir na água. Também análises semestrais são necessárias para avaliar a água in natura do poço, se esta não apresenta alguma contaminação por poluente. Essas exigências constam na Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021 e visam promover a vigilância e controle de qualidade da água de consumo humano. Assim, esta licitação tem a finalidade de preencher esta lacuna no abastecimento da água, atender a legislação citada e prevenir riscos à saúde das pessoas. Considerando-se o ciclo de vida do objeto, não identificamos custos indiretos envolvidos, pois não há manutenções periódicas, custos de energia e água são desprezíveis, não há geração de resíduos. O que se observa é que realizada a coleta, as demais despesas estão inseridas e de responsabilidade da contratada.

4. Requisitos da contratação

SUSTENTABILIDADE

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Da adoção de Critérios de Sustentabilidade quando da execução dos serviços, no que couber, solicita-se que a contratada adote boas práticas de sustentabilidade, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando da execução dos serviços contratados, conforme previsto na IN 06/2013/SLTI/MPOG tais como:

4.1.2 Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;

4.1.3 Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

4.1.4 Uso de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

4.1.5 Racionalização do consumo de energia elétrica e de água;

4.1.6 Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;

4.1.7 Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.1.8 Observação da Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 20, de 7 dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.1.9 Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenha, em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, em estabelecimentos que as comercializam ou na rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importantes, conforme disposto na legislação vigente;

4.1.10 Conferir o tratamento previsto no item anterior a lâmpadas fluorescente e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;

4.1.11 Observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa no 1, de 19 janeiro de 2010, Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010, Decreto 7.404 de 23 de dezembro de 2010 e Legislação correlata, no que couber;

4.1.12 O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pela UFFS ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União;

4.1.13 O certame está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS;

4.1.14 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

Subcontratação

4.2 É admitida a subcontratação parcial do objeto em até 30% do valor total do contrato nas seguintes condições:

4.2.1 Coleta de amostras em campo, é permitida a subcontratação em até 100%;

4.2.2 Análises de caráter mensal não é permitida a subcontratação (0,0%);

4.2.3 Análises semestrais é permitida a subcontratação em até 50% dos valores da amostra;

4.2.4 Em casos de subcontratação, o contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente;

4.2.5 Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

Garantia da Contratação

4.3 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.4 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 17 horas.

4.5 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.7 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o antepenúltimo dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.8 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.9 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.10 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. Local das vistorias:

a) Endereço 1 (CCH): Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Chapecó, Rodovia SC 484 Km 02, Bairro Fronteira Sul CEP: 89.815-899 Chapecó/SC. Fone: (49) 2049-6427.

b) Endereço 2 (CER): Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim, Rodovia ERS 135, km 72, no 200 Erechim – RS CEP 99700-970, Caixa Postal 764. Fone: 54 33217075.

c) Endereço 3 (CLS): Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Laranjeiras do Sul, BR158, Km 405, CEP. 85.301-970, Laranjeiras do Sul – Paraná. Fone: (42) 3635-0021.

d) Endereço 4 (CRE): Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Realeza/PR, Rodovia PR 182 - Km 466 Avenida Edmundo Gaievski, 1000 Cx Postal 253, CEP 85770-000 Telefone: (46) 3543-8300 CNPJ 11.234.780/0005-84.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto a partir da emissão da ordem de serviço ou agendamento da coleta das amostras do respectivo mês.

5.1.2 Para realização das coletas, os eventos serão agendados pelo Servidor Fiscal da Universidade ou pela própria empresa, se autorizado pelo Servidor Fiscal da UFFS. A coleta obrigatoriamente tem que ser em caráter mensal com intervalos próximos de um mês entre cada coleta. As análises de água bruta de poços são em caráter semestral seguindo o mesmo procedimento citado para fins de agendamento.

5.1.3 A UFFS terá um representante da administração para acompanhar os procedimentos de coleta a serem realizados pela contratada. O representante anotará em registro próprio, eventuais ocorrências relacionadas com a execução do serviço. Considerando que a coleta não envolve a execução de um serviço no ambiente da Universidade, fica facultado a emissão de ordem de serviço (anexo III) pelo Fiscal do contrato.

5.1.4 Os parâmetros a serem analisados mensalmente dos pontos coletados são: pH, cor aparente, turbidez, coliformes totais e E. coli.

5.1.5 A análise semestral deve compreender a análise completa da Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021, água bruta proveniente de poços.

5.1.6 Os relatórios/laudos das análises devem ser entregues em até 10 dias úteis decorrentes da data da coleta.

5.1.7 Recoletas podem ser requisitadas a pedido da UFFS para fins de avaliações na sua rede de distribuição.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2 Horário das coletas poderá acontecer das 08:00 às 12:00 ou das 13:00 às 17:00);

5.3 Local de coleta das amostras, conforme segue:

a) Endereço 1 (CCH): Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Chapecó, Rodovia SC 484 Km 02, Bairro Fronteira Sul CEP: 89.815-899 Chapecó/SC. Fone: (49) 2049-6427. Contatar a Assessoria de Infraestrutura e Gestão Ambiental do campus;

b) Endereço 2 (CER): Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim, Rodovia ERS 135, km 72, no 200 Erechim – RS CEP 99700-970, Caixa Postal 764. Fone: 54 33217075. Contatar a Assessoria de Infraestrutura e Gestão Ambiental do campus;

c) Endereço 3 (CLS): Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Laranjeiras do Sul, BR158, Km 405, CEP. 85.301-970, Laranjeiras do Sul – Paraná. Fone: (42) 3635-0021. Contatar a Assessoria de Infraestrutura e Gestão Ambiental do campus.

d) Endereço 4 (CRE): Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Realeza/PR, Rodovia PR 182 - Km 466 Avenida Edmundo Gaievski, 1000 Cx Postal 253, CEP 85770-000 Telefone: (46) 3543-8300 CNPJ 11.234.780/0005-84. Contatar a Assessoria de Infraestrutura e Gestão Ambiental.

Rotinas a serem cumpridas

5.4 A coleta deverá ser sempre agendada ou pela Contratada ou pelo Fiscal da UFFS. No dia da coleta de água o Coletor da Contratada deve se apresentar ao Fiscal do contrato para que juntos iniciem a coleta nas edificações selecionadas.. Em hipótese alguma o Coletor pode realizar coletas sem acompanhamento.

Materiais a serem disponibilizados

5.5 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. O objeto licitatório apresenta execução simples onde são realizadas as coletas somente dentro da UFFS, as demais atividades que são as mais importantes acontecem no ambiente da Contratada. As obrigações da contratada já trazem as informações necessárias que podem auxiliar no dimensionamento da proposta, assim como informações no Estudo Técnico Preliminar.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato:

5.8 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.1.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.10 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.12 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.13 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.15 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.16 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.17 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.18 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.19 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.20 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.21 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1 A avaliação da execução do objeto se baseia na identificação de irregularidades na execução do objeto.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1 Para fins de pagamento, considerando-se a execução do objeto, a Universidade pagará integralmente pelos serviços realizados através da efetiva entrega dos laudos de análise realizadas;

7.2.2 Nos laudos de análise mensal devem conter todos os parâmetros definidos neste termo de referência (pH, cor aparente, turbidez, Coliformes totais e E.coli). A não execução de todos os parâmetros definidos não atende ao objeto da licitação resultando no não pagamento da referida amostra coletada;

7.2.3 Em caráter semestral as análises compreendem a análise completa de parâmetros definidos na Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021. A não execução de todos os parâmetros definidos não atende ao objeto da licitação resultando no não pagamento da referida amostra coletada.

Do recebimento

7.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 3 dias úteis, pelos fiscais técnicos e/ou administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.6 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório, o dia de entrega dos laudos de análise. A entrega pode ocorrer por e-mail ou por comunicado que os laudos estão disponíveis plataforma digital própria do laboratório.

7.9.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.9.4 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis, caso aplicável.

7.9.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 3 dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.11.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.16 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

7.17 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1 o prazo de validade;

7.17.2 a data da emissão;

7.17.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5 o valor a pagar; e

7.17.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

7.28 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.31 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.32 As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.33 A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.34 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.35 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.36 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Forma e critérios de seleção e regime

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2 O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.17 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18 Prova de regularidade com a Fazenda *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21 Não será necessário comprovação de habilitação econômico-financeira considerando a execução de forma parcelada sendo valores relativamente baixos executados em cada mês para cada grupo no decorrer da vigência do contrato.

Qualificação Técnica

8.22 Apresentar documento expedido pelo órgão de vigilância sanitária Estadual ou Municipal que autoriza o funcionamento da Empresa.

8.23 Registro ou inscrição da Empresa na entidade profissional competente, em plena validade.

8.24 Apresentar documentos que comprovem a relação de trabalho entre o responsável técnico e a Empresa: contrato de trabalho e /ou registro em carteira de trabalho e comprovante de responsabilidade técnica emitida pelo Conselho de Classe.

8.25 Apresentar comprovante de regularidade do Responsável Técnico junto ao Conselho de Classe.

8.26 Comprovação da existência de sistema de gestão da qualidade, conforme os requisitos especificados na NBR ISO/IEC 17025.

8.27 Declaração de que a Empresa tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (Anexo IV). A declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo Responsável Técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.28 Considerando-se a simplicidade do objeto, marcado por entrega de serviços de caráter comum; valores relativamente baixos das análises efetuadas e empresas comumente existentes no comércio; entendemos que não há necessidade de qualificação econômico financeira.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 92.118,90

9.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ R\$ 92.118,90 (noventa e dois mil cento e dezoito reais e noventa centavos), conforme custos unitários apostos no item 1.1.

10. Adequação Orçamentária

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I. 1.

Gestão/Unidade: [26440 - UFFS];

II. 2.

Fonte de Recursos: [1000000000];

III. 3.

Programa de Trabalho: [12.364.5113.20RK.0040];

IV. 4.

Elemento de Despesa: [339039];

V. 5.

Plano Interno: [MR010N0100N];

11. Obrigações da Contratante

- 11.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 11.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 11.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 11.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 11.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 11.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 11.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 11.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 11.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 11.9.1 A Administração terá o prazo de 20 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 11.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.
- 11.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 11.12 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 11.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. Obrigações da Contratada

- 12.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 12.2 Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 12.3 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 12.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.5 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

12.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.8 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

12.9 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.10 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

12.11 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.12 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.13 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.14 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

12.15 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.16 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

12.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.18 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

12.20 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

12.21 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.22 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

12.23 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

12.24 Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, mediante a coordenação de Responsável Técnico, devidamente registrado no Conselho Regional de origem, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades demandadas na realização dos serviços.

12.25 É de responsabilidade da contratada arcar com todos os custos oriundos dos serviços, tais como: custos com transportes, frascos, preservantes/reagentes, despesas diversas de deslocamento, encargos fiscais, trabalhistas, tributários, comerciais, etc.

12.26 Os funcionários da empresa contratada deverão cumprir as normas internas da Universidade. Executar os serviços através de colaborador treinado e munido, se necessário, de equipamentos de proteção (EPI's e EPC's). Os funcionários devem estar identificados com crachá e uniforme na realização dos serviços.

12.27 Apresentar à Contratante a relação nominal dos empregados que adentrarão à UFFS para execução das coletas.

12.28 Para a realização das coletas, deverá ser observado agendamento prévio.

12.29 A amostragem deve obedecer aos seguintes requisitos: (a) distribuição uniforme das coletas ao longo do período de um ano; (b) representatividade dos pontos de coleta no sistema de distribuição (reservatórios e rede), combinando critérios de abrangência espacial e pontos estratégicos, entendidos como aqueles próximos a grande circulação de pessoas, localizados em trechos vulneráveis do sistema de distribuição como pontas de rede, pontos de queda de pressão, locais afetados por manobras, sujeitos à intermitência de abastecimento, reservatórios, entre outros; (c) locais com sistemáticas notificações de agravos à saúde tendo como possíveis causas os agentes de veiculação hídrica.

12.30 A atividade de coleta de amostras deverá ser executada por profissional habilitado e treinado para tal atividade e atender aos procedimentos e técnicas de amostragem definidas nas boas práticas de amostragem e preservação de amostras como Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater, ABNT NBR 9898, NBR/ISO/IEC 17025, Manual Prático Funasa de Análise de Água e demais metodologias reconhecidas.

12.31 O laudo das análises deverá ser encaminhado contendo, no mínimo: (a) identificação da empresa; (b) identificação do ponto e do coletor; (c) o responsável pelas análises, sua assinatura e registro no Conselho; (d) dados da amostra (data/hora da coleta, temperatura e condições climáticas no momento da coleta, data/hora recebimento no laboratório, estocagem, data da análise); (e) resultado da análise - identificação do método empregado, limite de quantificação e padrão/faixa estabelecida pela Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021.

12.32 A análise semestral de água in natura dos poços deve compreender todos os parâmetros descritos na Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021 que necessitam ser avaliados referente a poços;

12.33 As metodologias empregadas para análise devem estar de acordo com o artigo 22 da Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021 ou conforme definido pelo Ministério da Saúde. Devem atender às normas nacionais ou internacionais mais recentes, tais como: (a) *Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater*, de autoria das instituições *American Public Health Association (APHA)*, *American Water Works Association (AWWA)* e *Water Environment Federation (WEF)*; (b) *United States Environmental Protection Agency (USEPA)*; (c) *Normas publicadas pela International Standardization Organization (ISO)*; e (d) Metodologias propostas pela Organização Mundial à Saúde (OMS). Outras metodologias que não estejam relacionadas nas normas citadas no caput deste artigo podem ser utilizadas desde que sejam devidamente validadas e registradas conforme os requisitos especificados na NBR ISO/IEC 17025.

12.34 A análise mensal deve compreender os parâmetros mensais de potabilidade da água: pH, cor aparente, turbidez, coliformes totais e E.coli. Para a análise de coliformes pode-se considerar a metodologia qualitativa de presença/ausência.

12.35 Coletar e preservar as amostras, conforme procedimentos padrões que garantam a fidedignidade e representatividade da água. Os frascos devem ser constituídos de material apropriado, quimicamente inerte e com tampa para permitir perfeita vedação. Amostras de água para análise microbiológica devem ser coletadas em frascos esterilizados, com inibidor de cloro. No momento da coleta, a torneira deve estar limpa, sem vazamentos e realizar o escoamento da água por 2 a 3 minutos para evitar água parada nas tubulações.

12.36 Informar à Universidade, o mais breve possível (menos de 48 horas), resultados de amostras positivas para microbiológicos. Este procedimento é necessário para que se tome as providências necessárias no local amostrado, prevenindo-se riscos à saúde das pessoas. Para este procedimento, estará disponível o telefone (49) 2049-3192 (Gestor do Contrato ou e-mail: proad.dga@uffs.edu.br).

12.37 Executar, caso demandado pela contratante, análises de recoletas de eventuais amostras positivas.

12.38 A contratada é a única responsável administrativa e financeiramente, por eventuais danos causados ao meio ambiente ou qualquer pessoa, em razão de acidente, ou qualquer outro fator decorrente dos serviços.

12.39 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

12.40 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.41 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.42 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.43 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12.44 Manter durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.45 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

12.46 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

12.47 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

12.48 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

12.49 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

13. Infrações e Sanções Administrativas

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa**:

(1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 dias.

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 13.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 13.1, a multa será de 0,5% a 20% do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 13.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 13.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

13.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.6 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **XX (XXXX)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.8 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.9 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

13.10 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.11 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

13.13 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

14. Da Classificação da Informação

14.1 Em consonância com o princípio da publicidade, informamos que as informações contidas neste processo não se configuram como sigilosas e serão disponibilizadas para consulta pública após a publicação do Edital.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria PROAD 1735/2024.

RUDINEI JUSTI

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 04/10/2024 às 14:04:32.

Despacho: Portaria 1735/PROAD/2024.

ODINEI FOGOLARI

Membro da comissão de contratação

Despacho: Portaria 1735/PROAD/2024.

ROSANA LAMPUGNANI

Membro da comissão de contratação

Despacho: Portaria 1735/PROAD/2024.

MARCELO GRASSI

Membro da comissão de contratação

Despacho: Portaria 1735/PROAD/2024.

EDINEIA PAULA SARTORI SCHMITZ

Membro da comissão de contratação

Despacho: Portaria 1735/PROAD/2024.

RODRIGO BURIN

Membro da comissão de contratação

Despacho: Portaria 1735/PROAD/2024.

ROBERTO ROSEIRA

Membro da comissão de contratação

Despacho: Superintendente de Administração

CESAR AUGUSTO DI DOMENICO

Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP 62.pdf (928.24 KB)
- Anexo II - Mapa de riscos análises de agua.pdf (54.24 KB)
- Anexo III - Ordem de servico.pdf (92.53 KB)
- Anexo IV - Declaracao de Vistoria.pdf (76.04 KB)

Anexo I - ETP 62.pdf

Estudo Técnico Preliminar 62/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23205.020100/2024-37

2. Descrição da necessidade

A UFFS realiza o fornecimento de água tratada a partir de poços próprios de abastecimento nos campi de Chapecó-SC, Erechim-RS e Laranjeiras do Sul-PR, enquadrar-se, conforme Portaria GM/MS 888/2021 que define a potabilidade da água, como uma Solução Alternativa Coletiva de Abastecimento - SAC. Por possuir essa forma de abastecimento próprio, a Instituição é responsável pelo tratamento e qualidade da água distribuída. Esta contratação visa a coleta e realização de análises laboratoriais de amostras da água distribuída nos campi, para fins de avaliação e vigilância constante da qualidade da água. Serão realizadas análises mensais (água tratada) e análises semestrais (água bruta dos poços). As análises mensais avaliam indicadores como pH, cor, turbidez, coliformes totais e fecais demonstrando se a amostra de água está em conformidade ou não com os parâmetros de potabilidade. Em caráter semestral serão avaliados mais de 90 indicadores de qualidade da água in natura para identificar a existência ou não de poluentes que possam afetar a qualidade da água. Para atendimento à legislação, as análises devem ser realizadas em laboratórios acreditados, com sistema de gestão da qualidade implantado (NBR ISO/IEC 17025), ainda, devem ter análises periódicas em aparelhos calibrados, padrões de medição rastreáveis, toda essa estrutura deve ser implementada junto com o sistema de gestão da qualidade. Como ainda não temos na Universidade essa estrutura e gestão implantada, se faz necessária a contratação de empresa especializada para atender esta demanda.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Gestão Ambiental	Rudinei Justi
DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL	Rudinei Justi

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

DA CONTRATAÇÃO:

Contratação de serviços de coleta de amostras e análise de parâmetros físico-químicos e microbiológicos de qualidade da água dos sistemas de abastecimento humano dos campi de Chapecó-SC, Erechim-RS, Laranjeiras do Sul-PR e Realeza-PR, em caráter mensal (água tratada) e semestral (água bruta de poços), conforme Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021.

DOS QUANTITATIVOS (GRUPO ÚNICO):

1.1. Contratação de serviços de coleta de amostras e análise de parâmetros físico-químicos e microbiológicos de qualidade da água dos sistemas de abastecimento humano dos campi de Chapecó-SC, Erechim-RS, Laranjeiras do Sul-PR e Realeza-PR, em caráter mensal (água tratada) e semestral (água bruta de poços), conforme Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	Un	Quant.ano	Valor Unitário	Valor Total
1	Análise Mensal campus Laranjeiras do Sul /PR	un	60	R\$ 185,00	R\$ 11.100,00

2	Análise Mensal campus Realeza/PR	un	90	R\$ 179,44	R\$ 16.149,60
3	Análise Mensal campus Chapecó/SC	un	90	R\$ 167,22	R\$ 15.049,80
4	Análise Mensal campus Erechim/RS	un	80	R\$ 165,00	R\$ 13.200,00
5	Análise Semestral – poço campus Laranjeiras do Sul/PR	un	4	R\$ 2.654,25	R\$ 10.617,00
6	Análise Semestral – poço campus Realeza /PR	un	2	R\$ 2.654,25	R\$ 5.308,50
7	Análise Semestral – poço campus Chapecó /SC	un	4	R\$ 2.586,75	R\$ 10.347,00
8	Análise Semestral – poço campus Erechim /RS	un	4	R\$ 2.586,75	R\$ 10.347,00

OBSERVAÇÕES DA DEMANDA:

- Os serviços serão realizados nos campi citados, entretanto, a Universidade se dá ao direito de suspender as análises em seus referidos campi por motivo de suspensão do fornecimento próprio ou por força maior.

- O quantitativo disposto no quadro acima se refere a uma quantidade maior de análises do que realmente será executado, isso porque podem surgir demandas decorrentes de pactuações com órgãos de vigilância, recoletas, poços que acabam secando, entre outros fatores. Entretanto, a UFFS tem um número de análises que têm sido executadas com frequência certa nos últimos anos e seguirão neste contrato, conforme segue: (a) análises mensais; campus Laranjeiras do Sul - 4 amostras/mês; campus Chapecó - 6 amostras/mês; campus Erechim 5 amostras/mês. Para análise de água bruta de poços serão executadas 2 análises por ano (exceto Realeza) e o campus Erechim tem 2 poços, sendo 4 análises anuais.

- Os parâmetros a serem analisados mensalmente são: pH, cor aparente, turbidez, coliformes totais e E.coli.

- A análise semestral deve compreender a análise completa da Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021, água bruta proveniente de poços. Poderá, em caso de migração do manancial para captação superficial, possibilidade muito remota, necessitar de análise completa para rio.

- O campus Laranjeiras do Sul em decorrência de problemas no fornecimento próprio poderá migrar para o fornecimento de água tratada fornecida pela concessionária da cidade. Por este motivo, as análises do campus poderão ser encerradas no andamento do contrato.

- A coleta e análises para o campus de Realeza/PR somente será executada se o campus migrar do abastecimento por concessionária para abastecimento próprio da UFFS. No momento, em virtude da não existência de fornecimento próprio, não serão realizadas as análises no campus Realeza/PR.

- Os relatórios/laudos das análises devem ser entregues em até 10 dias úteis decorrentes da data da coleta.

- O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

- A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

- O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), pois apresentam padrões de desempenho e qualidade objetivos. Facilmente encontramos no mercado serviços deste objeto, mensurados por coleta e realização de análises laboratoriais rotineiras e obrigatórias a todos os fornecedores de água tratada.

- O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que as análises laboratoriais são exigidas mensalmente e semestralmente atendendo à Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021.

- A UFFS terá um representante da administração para acompanhar os procedimentos de coleta a serem realizados pela contratada. O representante anotar em registro próprio, eventuais ocorrências relacionadas com a execução do serviço. Considerando que a coleta não envolve a execução de um serviço no ambiente da Universidade, fica facultado a emissão de ordem de serviço pelo Fiscal do contrato.
- Para realização das coletas, os eventos serão agendados pelo Servidor Fiscal da Universidade ou pela própria empresa, se autorizado pelo Servidor Fiscal da UFFS. A coleta obrigatoriamente tem que ser em caráter mensal com intervalos próximos de um mês entre cada coleta. As análises de água bruta de poços são em caráter semestral seguindo o mesmo procedimento citado para fins de agendamento.
- Será contratada uma única empresa para atender a todos os campi, assim a proposta mais vantajosa total será a vencedora do processo licitatório.
- A indicação precisa dos critérios sustentáveis e boas práticas de sustentabilidade para cada item deste estudo será realizada no Termo de Referência, com base nas orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU e no Plano de Logística Sustentável da UFFS.

5. Obrigações da Contratante e Contratada

Obrigações da Contratante

- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro eventuais falhas detectadas.
- Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como: exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário.
- Fornecer, se necessário, por escrito as informações para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

Obrigações da Contratada

- Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, mediante a coordenação de Responsável Técnico, devidamente registrado no Conselho Regional de origem, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades demandadas na realização dos serviços.

- É de responsabilidade da contratada arcar com todos os custos oriundos dos serviços, tais como: custos com transportes, frascos, preservantes/reagentes, despesas diversas de deslocamento, encargos fiscais, trabalhistas, tributários, comerciais, etc.
- Os funcionários da empresa contratada deverão cumprir as normas internas da Universidade. Executar os serviços através de colaborador treinado e munido, se necessário, de equipamentos de proteção (EPI's e EPC's). Os funcionários devem estar identificados com crachá e uniforme na realização dos serviços.
- Apresentar à Contratante a relação nominal dos empregados que adentrarão à UFFS para execução das coletas.
- Para a realização das coletas, deverá ser observado agendamento prévio conforme já citado em 1.14.
- A amostragem deve obedecer aos seguintes requisitos: (a) distribuição uniforme das coletas ao longo do período de um ano; (b) representatividade dos pontos de coleta no sistema de distribuição (reservatórios e rede), combinando critérios de abrangência espacial e pontos estratégicos, entendidos como aqueles próximos a grande circulação de pessoas, localizados em trechos vulneráveis do sistema de distribuição como pontas de rede, pontos de queda de pressão, locais afetados por manobras, sujeitos à intermitência de abastecimento, reservatórios, entre outros; (c) locais com sistemáticas notificações de agravos à saúde tendo como possíveis causas os agentes de veiculação hídrica.
- A atividade de coleta de amostras deverá ser executada por profissional habilitado e treinado para tal atividade e atender aos procedimentos e técnicas de amostragem definidas nas boas práticas de amostragem e preservação de amostras como Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater, ABNT NBR 9898, NBR/ISO/IEC 17025, Manual Prático Funasa de Análise de Água e demais metodologias reconhecidas.
- O laudo das análises deverá ser encaminhado contendo, no mínimo: (a) identificação da empresa; (b) identificação do ponto e do coletor; (c) o responsável pelas análises, sua assinatura e registro no Conselho; (d) dados da amostra (data/hora da coleta, temperatura e condições climáticas no momento da coleta, data/hora recebimento no laboratório, estocagem, data da análise); (e) resultado da análise - identificação do método empregado, limite de quantificação e padrão/faixa estabelecida pela Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021.
- A análise semestral de água in natura dos poços deve compreender todos os parâmetros descritos na Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021 que necessitam ser avaliados referente a poços;
- As metodologias empregadas para análise devem estar de acordo com o artigo 22 da Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021 ou conforme definido pelo Ministério da Saúde. Devem atender às normas nacionais ou internacionais mais recentes, tais como: (a) Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater, de autoria das instituições American Public Health Association (APHA), American Water Works Association (AWWA) e Water Environment Federation (WEF); (b) United States Environmental Protection Agency (USEPA); (c) Normas publicadas pela International Standardization Organization (ISO); e (d) Metodologias propostas pela Organização Mundial à Saúde (OMS). Outras metodologias que não estejam relacionadas nas normas citadas no caput deste artigo podem ser utilizadas desde que sejam devidamente validadas e registradas conforme os requisitos especificados na NBR ISO/IEC 17025.
- A análise mensal deve compreender os parâmetros mensais de potabilidade da água: pH, cloro residual, cor aparente, turbidez, coliformes totais e E.coli. Para a análise de coliformes pode-se considerar a metodologia qualitativa de presença/ausência.
- Coletar e preservar as amostras, conforme procedimentos padrões que garantam a fidedignidade e representatividade da água. Os frascos devem ser constituídos de material apropriado, quimicamente inerte e com tampa para permitir perfeita vedação. Amostras de água para análise microbiológica devem ser coletadas em frascos esterilizados, com inibidor de cloro. No momento da coleta, a torneira deve estar limpa, sem vazamentos e realizar o escoamento da água por 2 a 3 minutos para evitar água parada nas tubulações.
- Informar à Universidade, o mais breve possível (menos de 48 horas), resultados de amostras positivas para microbiológicos. Este procedimento é necessário para que se tome as providências necessárias no local amostrado, prevenindo-se riscos à saúde das pessoas. Para este procedimento, estará disponível o telefone (49) 2049-3192 (Gestor do Contrato ou e-mail: proad.dga@uffs.edu.br).
- Executar, caso demandado pela contratante, análises de re coletas de eventuais amostras positivas.
- A contratada é a única responsável administrativa e financeiramente, por eventuais danos causados ao meio ambiente ou qualquer pessoa, em razão de acidente, ou qualquer outro fator decorrente dos serviços.
- Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais

e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- Manter durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.
- Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

6. Habilitação Técnica

Qualificação Técnica

- Apresentar documento expedido pelo órgão de vigilância sanitária Estadual ou Municipal que autoriza o funcionamento da Empresa.
- Registro ou inscrição da Empresa na entidade profissional competente, em plena validade.
- Apresentar documentos que comprovem a relação de trabalho entre o responsável técnico e a Empresa: contrato de trabalho e /ou registro em carteira de trabalho e comprovante de responsabilidade técnica emitida pelo Conselho Regional de origem.
- Apresentar comprovante de regularidade do Responsável Técnico junto ao Conselho de Classe.
- Comprovação da existência de sistema de gestão da qualidade, conforme os requisitos especificados na NBR ISO/IEC 17025.
- Declaração de que a Empresa tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. A declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo Responsável Técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7. Subcontratação

Considerando-se a demasiada quantidade de substâncias a serem dosadas nas análises, principalmente, análises semestrais, pode ocorrer que o laboratório não domine toda a tecnologia necessária para algumas análises. Também, questões de coleta e transporte de amostras podem ser terceirizadas, pois os campi apresentam distâncias significativas entre si, e pelo que observamos, a grande maioria dos laboratórios terceirizam essas coletas. Por esses motivos, é possível a subcontratação em até 50% do valor do contrato, conforme segue:

É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

- É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em:
- Coleta de amostras em campo, é permitida a subcontratação;
- análises de caráter mensal não é permitida a subcontratação;
- Análises semestrais é permitida a subcontratação em até 50% dos parâmetros da amostra;
- Em casos de subcontratação, o contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.”

8. Vistorias

- Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, devendo ser agendada através do telefone (49) 2049-3192 (Gestor do Contrato).

- Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

- A realização da vistoria é facultativa, entretanto, a empresa não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. Local das vistorias:

a) Endereço 1 (CCH): Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Chapecó, Rodovia SC 484 Km 02, Bairro Fronteira Sul CEP: 89.815-899 Chapecó/SC. Fone: (49) 2049-6427.

b) Endereço 2 (CER): Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim, Rodovia ERS 135, km 72, no 200 Erechim – RS CEP 99700-970, Caixa Postal 764. Fone: 54 33217075.

c) Endereço 3 (CLS): Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Laranjeiras do Sul, BR158, Km 405, CEP. 85.301-970, Laranjeiras do Sul – Paraná. Fone: (42) 3635-0021.

d) Endereço 4 (CRE): Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Realeza/PR, Rodovia PR 182 - Km 466 Avenida Edmundo Gaievski, 1000 Cx Postal 253, CEP 85770-000 Telefone: (46) 3543-8300 CNPJ 11.234.780/0005-84.

9. Qualificação econômico-financeira

Considerando-se a simplicidade do objeto, marcado por entrega de serviços de caráter comum; valores relativamente baixos das análises efetuadas e empresas comumente existentes no comércio; entendemos que não há necessidade de qualificação econômico financeira.

10. Dos consórcios

A responsabilidade pelas análises deve recair sob uma empresa somente, esta deve entregar as análises seguindo às normas de gestão da qualidade implantadas no seu laboratório. Inclusive essa certificação de análises e a gestão da qualidade não há possibilidade de descentralizar na forma de um consórcio. Cada procedimento analítico, principalmente os de caráter mensal são realizados seguindo padrões de acreditação para garantir resultado seguros. O mercado também é caracterizado por pessoas jurídicas geralmente com um único proprietário. Dessa forma, não vemos a possibilidade de consórcio.

11. Dos critérios de sustentabilidade

Na execução do objeto, a intervenção da empresa com a UFFS é muito reduzida, consiste na simples coleta de água e posterior envio da amostra às dependências físicas do próprio laboratório. Por esse motivo, desconsideramos a necessidade de avaliação da sustentabilidade para esse item, entretanto, trazemos redação de outras licitações que se aplicáveis podem ser seguido pela empresa terceirizada.

- Da adoção de Critérios de Sustentabilidade quando da execução dos serviços, no que couber, solicita-se que a contratada adote boas práticas de sustentabilidade, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando da execução dos serviços contratados, conforme previsto na IN 06/2013/SLTI/MPOG tais como:

1. racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;
2. substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
3. uso de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
4. racionalização do consumo de energia elétrica e de água; destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
5. treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
6. observação da Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 20, de 7 dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
7. desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenha, em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, em estabelecimentos que as comercializam ou na rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importantes, conforme disposto na legislação vigente;
8. Conferir o tratamento previsto no item anterior a lâmpadas fluorescente e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica. Observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa no 1, de 19 janeiro de 2010, Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010, Decreto 7.404 de 23 de dezembro de 2010 e Legislação correlata, no que couber.
9. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pela UFFS ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União. O certame está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

- A contratação está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

12. Levantamento de Mercado

O mercado de análises de amostras de água, é um mercado consolidado e que presta serviços de alta tecnologia. São empresas que necessitam investir em gestão da qualidade, em equipamentos de alto custo e em equipe técnica capacitada. Considerando

esses aspectos não são muitas empresas que realizam essas atividades. O diferencial que facilita a contratação desses serviços é o fato de que existe uma rede de coleta e transporte de amostras que com isso levam as análises até os laboratórios. Para o objeto dessa licitação, também é necessária a apresentação de certificação ISO/IEC 17.025 de gestão da qualidade, implantada no laboratório. Conhecendo o mercado foi identificadas várias empresas que fazem o serviço, solicitamos orçamentos a estas empresas. Abdicamos nesse momento de uma pesquisa no Painel de Preços por entender que este não nos daria uma precisão nos preços efetivamente que ocorrem em nossa região. A UFFS possui campus com grandes distâncias entre si, por vezes 200, 300 km de distâncias de grandes centros, o que gera um custo com deslocamento e coleta que precisam ser computados, fato que se buscarmos no painel de preços não conseguimos avaliar essa variável deslocamento. Mesmo assim, os valores em média de uma análise laboratorial fora pesquisado no painel de preços somente para termos uma noção se não temos alguma prática abusiva por parte dos orçamentos passados pelas empresas da nossa região de abrangência. Pela pesquisa realizada, chegamos a preços, conforme tabela abaixo, adequados, que não são exacerbados. Os valores que extrapolaram nossa expectativa, baseado nos valores que conhecemos, foram descartados.

DOS QUANTITATIVOS:

Item	Especificação	Un	Quant.ano	Valor Unitário	Valor Total
1	Análise Mensal campus Laranjeiras do Sul /PR	un	60	R\$ 185,00	R\$ 11.100,00
2	Análise Mensal campus Realeza/PR	un	90	R\$ 179,44	R\$ 16.149,60
3	Análise Mensal campus Chapecó/SC	un	90	R\$ 167,22	R\$ 15.049,80
4	Análise Mensal campus Erechim/RS	un	80	R\$ 165,00	R\$ 13.200,00
5	Análise Semestral – poço campus Laranjeiras do Sul/PR	un	4	R\$ 2.654,25	R\$ 10.617,00
6	Análise Semestral – poço campus Realeza /PR	un	2	R\$ 2.654,25	R\$ 5.308,50
7	Análise Semestral – poço campus Chapecó /SC	un	4	R\$ 2.586,75	R\$ 10.347,00
8	Análise Semestral – poço campus Erechim /RS	un	4	R\$ 2.586,75	R\$ 10.347,00

13. Descrição da solução como um todo

Esta contratação tem como finalidade atender a legislação sanitária no tocante a qualidade da água para consumo humano. Nos locais em que a própria UFFS fornece água tratada, a partir de seus poços próprios, devem ocorrer análises mensais de potabilidade da água para avaliar indicadores de contaminação que eventualmente possam existir na água. Também análises semestrais são necessárias para avaliar a água in natura do poço, se esta não apresenta alguma contaminação por poluente. Essas exigências constam na Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021 e visam promover a vigilância e controle de qualidade da água de consumo humano. Assim, esta licitação tem a finalidade de preencher esta lacuna no abastecimento da água, atender a legislação citada e prevenir riscos à saúde das pessoas. Considerando-se o ciclo de vida do objeto, não identificamos custos indiretos envolvidos, pois não há manutenções periódicas, custos de energia e água são desprezíveis, não há geração de resíduos. O que se observa é que realizada a coleta, as demais despesas estão inseridas e de responsabilidade da contratada.

14. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 92.118,90

Para a avaliação e estimativa desta licitação foram pesquisados no mercado, empresas que realizam este tipo de serviço. Optou-se por este caminho pois dessa forma conseguimos obter uma melhor avaliação do preço realmente praticado no mercado, pois temos questões de distâncias significativas entre os campi que geram custos de deslocamento que precisam ser apurados e refletem no preço da execução. Mesmo assim utilizamos os valores do painel de preços somente para fins de comparação, para termos uma noção dos preços praticados em diferentes mercado. Nessa avaliação verificamos que os preços atualmente praticados na UFFS estão dentro da faixa de preço praticado nos outros órgãos públicos. O valor estimado para esta contratação ficou em R\$ 92.118,90 (noventa e dois mil cento e dezoito reais e noventa centavos). A tabela abaixo descreve a média dos orçamentos e os valores a serem executados por campus.

DOS QUANTITATIVOS:

Item	Especificação	Un	Quant.ano	Valor Unitário	Valor Total
1	Análise Mensal campus Laranjeiras do Sul /PR	un	60	R\$ 185,00	R\$ 11.100,00
2	Análise Mensal campus Realeza/PR	un	90	R\$ 179,44	R\$ 16.149,60
3	Análise Mensal campus Chapecó/SC	un	90	R\$ 167,22	R\$ 15.049,80
4	Análise Mensal campus Erechim/RS	un	80	R\$ 165,00	R\$ 13.200,00
5	Análise Semestral – poço campus Laranjeiras do Sul/PR	un	4	R\$ 2.654,25	R\$ 10.617,00
6	Análise Semestral – poço campus Realeza /PR	un	2	R\$ 2.654,25	R\$ 5.308,50
7	Análise Semestral – poço campus Chapecó /SC	un	4	R\$ 2.586,75	R\$ 10.347,00
8	Análise Semestral – poço campus Erechim /RS	un	4	R\$ 2.586,75	R\$ 10.347,00

15. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

DOS QUANTITATIVOS:

Item	Especificação	Un	Quant.ano	Valor Unitário	Valor Total
1	Análise Mensal campus Laranjeiras do Sul /PR	un	60	R\$ 185,00	R\$ 11.100,00

2	Análise Mensal campus Realeza/PR	un	90	R\$ 179,44	R\$ 16.149,60
3	Análise Mensal campus Chapecó/SC	un	90	R\$ 167,22	R\$ 15.049,80
4	Análise Mensal campus Erechim/RS	un	80	R\$ 165,00	R\$ 13.200,00
5	Análise Semestral – poço campus Laranjeiras do Sul/PR	un	4	R\$ 2.654,25	R\$ 10.617,00
6	Análise Semestral – poço campus Realeza /PR	un	2	R\$ 2.654,25	R\$ 5.308,50
7	Análise Semestral – poço campus Chapecó /SC	un	4	R\$ 2.586,75	R\$ 10.347,00
8	Análise Semestral – poço campus Erechim /RS	un	4	R\$ 2.586,75	R\$ 10.347,00

OBSERVAÇÕES DA DEMANDA:

- Os serviços serão realizados nos campi citados, entretanto, a Universidade se dá ao direito de suspender as análises em seus referidos campi por motivo de suspensão do fornecimento próprio ou por força maior.

- O quantitativo disposto no quadro acima se refere a uma quantidade maior de análises do que realmente será executado, isso porque podem surgir demandas decorrentes de pactuações com órgãos de vigilância, recoletas, poços que acabam secando, entre outros fatores. Entretanto, a UFFS tem um número de análises que têm sido executadas com frequência certa nos últimos anos e seguirão neste contrato, conforme segue: (a) análises mensais; campus Laranjeiras do Sul - 4 amostras/mês; campus Chapecó - 6 amostras/mês; campus Erechim 5 amostras/mês. Para análise de água bruta de poços serão executadas 2 análises por ano (exceto Realeza) e o campus Erechim tem 2 poços, sendo 4 análises anuais.

- Os parâmetros a serem analisados mensalmente são: pH, cloro residual, cor aparente, turbidez, coliformes totais e E.coli.

- A análise semestral deve compreender a análise completa da Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021, água bruta proveniente de poços. Poderá, em caso de migração do manancial para captação superficial, possibilidade muito remota, necessitar de análise completa para rio.

- O campus Laranjeiras do Sul em decorrência de problemas no fornecimento próprio poderá migrar para o fornecimento de água tratada fornecida pela concessionária da cidade. Por este motivo, as análises do campus poderão ser encerradas no andamento do contrato.

- A coleta e análises para o campus de Realeza/PR somente será executada se o campus migrar do abastecimento por concessionária para abastecimento próprio da UFFS. No momento, em virtude da não existência de fornecimento próprio, não serão realizadas as análises no campus Realeza/PR.

- Os relatórios/laudos das análises devem ser entregues em até 10 dias úteis decorrentes da data da coleta.

- O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

- A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

- O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), pois apresentam padrões de desempenho e qualidade objetivos. Facilmente encontramos no mercado serviços deste objeto, mensurados por coleta e realização de análises laboratoriais rotineiras e obrigatórias a todos os fornecedores de água tratada.

- O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que as análises laboratoriais são exigidas mensalmente e semestralmente atendendo à Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021.

- A UFFS terá um representante da administração para acompanhar os procedimentos de coleta a serem realizados pela contratada. O representante anotará em registro próprio, eventuais ocorrências relacionadas com a execução do serviço. Considerando que a coleta não envolve a execução de um serviço no ambiente da Universidade, fica facultado a emissão de ordem de serviço pelo Fiscal do contrato.

- Para realização das coletas, os eventos serão agendados pelo Servidor Fiscal da Universidade ou pela própria empresa, se autorizado pelo Servidor Fiscal da UFFS. A coleta obrigatoriamente tem que ser em caráter mensal com intervalos próximos de um mês entre cada coleta. As análises de água bruta de poços são em caráter semestral seguindo o mesmo procedimento citado para fins de agendamento.

16. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A Equipe de planejamento opta pela contratação de uma única empresa para todos os serviços a serem realizados, a empresa vencedora será aquela que fizer o melhor preço para atender a todos os itens. Entendemos que a criação desse grupo único será melhor para garantir o sucesso da licitação, melhorar a gestão do contrato e das análises realizadas, assim como evitar que empresas selecionem itens da licitação que lhes convém, deixando campus, por exemplo, mais distantes, sem a realização das análises.

17. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica em face da simplicidade da contratação.

18. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Esta contratação está alinhada ao PAC institucional de 2024: plano de Ação PROAD 10. Projeto de compras item 2693, DFD 401 /2023, contratação nº 339/2024, nº do item no DFD 2, código do serviço 19143.

19. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Atender a legislação sanitária no tocante a qualidade da água para consumo humano. Nos locais em que a própria UFFS fornece água tratada, a partir de seus poços próprios, devem ocorrer análises mensais de potabilidade da água para avaliar indicadores de contaminação que eventualmente possam existir na água. Também análises semestrais são necessárias para avaliar a água in natura do poço, se esta não apresenta alguma contaminação por poluente. Atender as exigências da Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021 que visam promover a vigilância e controle de qualidade da água de consumo humano. Assim, esta licitação tem a finalidade de preencher esta lacuna no abastecimento da água, atender a legislação citada e prevenir riscos à saúde das pessoas.

20. Providências a serem Adotadas

Não há providências a serem tomadas. As observações foram relatadas nas obrigações da contratada e nas informações da gestão do contrato.

21. Possíveis Impactos Ambientais

Como já citado, o objeto é de simples execução, não há contratação de mão de obra direta. Os impactos ambientais dentro da UFFS são praticamente inexistentes, as coletas são em um único dia no mês e executadas em não mais que 2 horas, então, não há mais atividades dentro da UFFS. Mesmo assim, colocamos no termo de referências as sugestões de práticas de sustentabilidade a serem seguidas quando aplicáveis.

22. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

22.1. Justificativa da Viabilidade

Baseado na necessidade legal que é atender à portaria 888/MS/2021 para o fornecimento de água tratada, considerando-se os custos com análises que estão dentro da perspectiva de gasto realizada mensalmente e projetado para o Plano Geral da Contratação, consideramos viável esta contratação.

23. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria 1725/PROAD/UFFS/2024

RUDINEI JUSTI

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 28/08/2024 às 08:07:35.

Despacho: Portaria de fiscalização da Proad 1725 de 2024

MARCELO GRASSI

Membro da comissão de contratação

Despacho: Portaria de fiscalização 1725/proad/2024

ROSANA LAMPUGNANI

Membro da comissão de contratação

Despacho: Portaria 1725/proad/2024

ROBERTO ROSEIRA

Membro da comissão de contratação

Despacho: Portaria de fiscalização 1725/proad/2024

RODRIGO BURIN

Membro da comissão de contratação

Despacho: Portaria 1725/PROAD/2024.

ODINEI FOGOLARI

Membro da comissão de contratação

Despacho: Portaria 1725/proad/2024.

EDINEIA PAULA SARTORI SCHMITZ

Membro da comissão de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Aprovação das vigilâncias sanitárias.pdf (709.54 KB)
- Anexo II - Planilha de avaliação dos orçamentos - Página1.pdf (56.74 KB)

Anexo I - Aprovação das vigilâncias sanitárias.pdf



Protocolo 15.459/2019

Situação em 09/07/2019 08:16: Em tramitação interna | Código nº 747.580.314.520

APROVAÇÃO VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA DE
CHAPECÓ

Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus
Chapecó

· 49 2049-6418

CNPJ 11.234.780/0007-46

Lançado por Marínes T. - CVISA - ADM (via WEB)

Para

CVISA-ASEP - Alv...

Entrada: Atendimento pessoal

Em 17/06/2019 às 14:40

Cópia documentos funcionais

01 - Plano de amostragem da água

Marínes Martins Tonelo

Transparência — Quem já visualizou

Consulta externa por código	IP 200.135.49.253	14 dias atrás - 24/06/2019 às 11:54
Daniani Garda - FARMACÊUTICO	14SESAU » 02DAS » 25VIES » CVISA » CVISA-ASEP	19 dias atrás - 19/06/2019 às 16:36
Marínes Martins Tonelo - administrativo	14SESAU » 25VIES » CVISA » CVISA - ADM	21 dias atrás - 17/06/2019 às 14:40

Despacho 1:

15.459/2019

19/06/2019 às 16:36

Respondido



14SESAU »
02DAS » 25VIES »
CVISA » **CVISA-ASEP**

Daniani Garda -
FARMACÊUTICO



Universidade
Federal da
Fronteira Sul -
Campus Chapecó

Em análise.



115

Despacho 2:

15.459/2019

28/06/2019 às 08:36

Respondido



14SESAU »
02DAS » 25VIES »
CVISA » **CVISA-ASEP**

Danian Garda -
FARMACÊUTICO



Universidade
Federal da
Fronteira Sul -
Campus Chapecó

Bom dia, conforme solicitado, plano de amostragem aceito.



Despacho 3:

15.459/2019

09/07/2019 às 08:15

Respondido



14SESAU »
02DAS » 25VIES »
CVISA » **CVISA-ASEP**

Danian Garda -
FARMACÊUTICO



Universidade
Federal da
Fronteira Sul -
Campus Chapecó

Bom dia, conforme solicitado, plano de amostragem aceito.



Situação atual: Em tramitação interna

1Doc • Comunicação Interna, Atendimento, Documentos e Tarefas • www.1doc.com.br

« Voltar - Central de Atendimento



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ERECHIM
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA E AMBIENTAL EM SAÚDE**

PARECER

Conforme solicitação realizada no Processo 2019/13735 pela Universidade Federal da Fronteira Sul *Campus* Erechim, de Autorização para homologação do Plano de Amostragem para coleta de amostras mensais para controle de qualidade da água de abastecimento do *Campus* Erechim, a Vigilância Ambiental em Saúde, autoriza o plano de amostragem constituído de 1(um) ponto na saída do tratamento (Bloco A) e mais 2 (dois) pontos aleatórios em locais estratégicos, sendo as amostras semestrais para análise completa de água bruta coletadas no cavalete de cada poço de captação antes do tratamento, conforme todo o Art. 41 do Anexo XX da Portaria de Consolidação MS 05/2017.

Sendo que as análises mensais devem seguir o Anexo 14 do Anexo XX da Portaria de Consolidação MS 05/2017 onde os parâmetros Cor, Turbidez, pH, Coliformes Totais e *Escherichia Coli* devem ser realizados com frequência mensal e Cloro Residual Livre com frequência diária. Bem como os Anexos 1,7 e 10 do Anexo XX da Portaria de Consolidação MS 05/2017, para a análise completa da água bruta.

Maiara Hartmann
Maiara Hartmann
Fiscal Sanitário e Ambiental/
Técnico Municipal Vigiaqua

Darlise Flávia Desordi
Darlise Flávia Desordi
Chefe do Serviço de Vigilância
Ambiental



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3106
selab.dgambiental@uffrs.edu.br, www.uffrs.edu.br

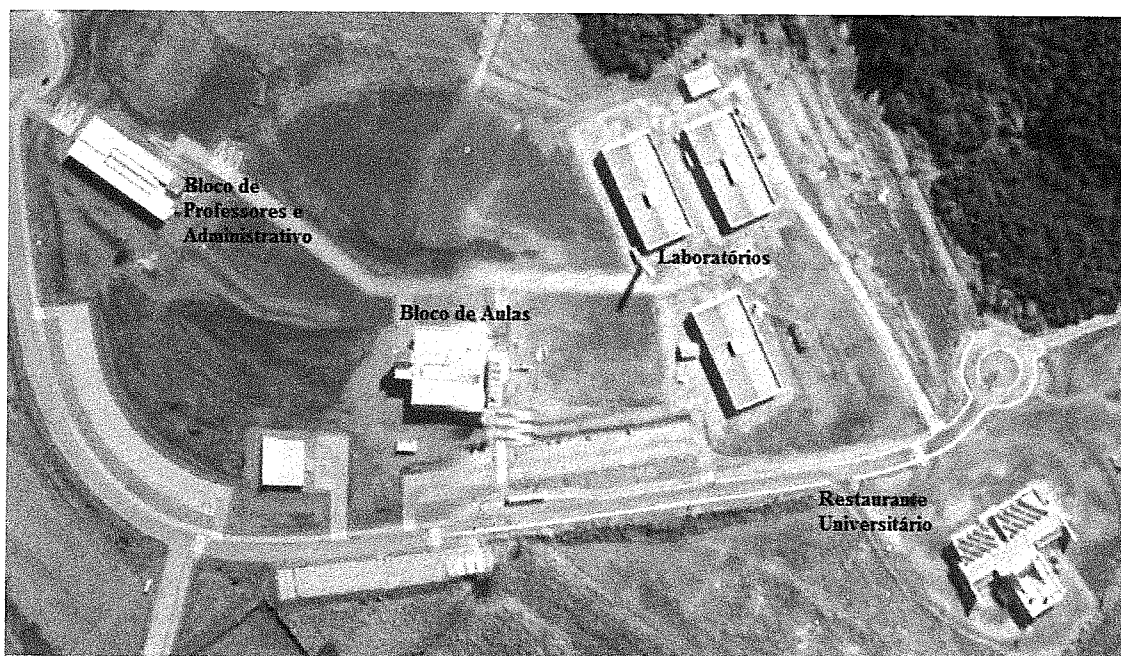
Of. nº 01/CLAB-LS/UFRS/2019

Laranjeiras do Sul-PR, 09 de julho de 2019.

À VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE LARANJEIRAS DO SUL
Praça Rui Barbosa, 1 – Centro, Laranjeiras do Sul – PR.

Assunto: solicitação de homologação de Plano de Amostragem para as análises mensais da água de abastecimento do *campus* de Laranjeiras do Sul, com a finalidade de controle da qualidade e potabilidade da água própria distribuída, conforme Portaria de Consolidação nº 5 de 2017 do Ministério da Saúde.

1. A Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Laranjeiras do Sul (CNPJ 11.234.780/0004-01) está localizado na Rodovia BR 158, Km 405, CEP 85301-970, Telefone: (42) 3635-0035 – Laranjeiras do Sul-PR (Foto). Apresenta um fluxo mensal de 1500 a 2500 pessoas;



2. A UFRS realiza semestralmente as análises de potabilidade da água bruta que compreende todos os parâmetros descrito na Portaria de Consolidação nº 5/MS/2017, anexos VII, VIII, IX e X, radioatividade alfa e beta total, padrões organolépticos, coliformes totais, E. Coli e heterotróficas, e demais descritos, através de laboratório terceirizado e acreditado e também, semestralmente, realiza a limpeza e desinfecção dos reservatórios de água.
3. Embora a UFRS esteja realizando as análises mensalmente em laboratórios próprios,

Marcelo Giani

415...



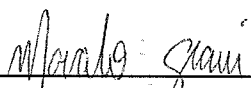
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3106
selab.dgambiental@uffrs.edu.br, www.uffrs.edu.br

estaremos, a partir de 2020, terceirizando tais análises em laboratório acreditado, conforme artº 21 da Portaria de Consolidação, ou seja, com sistema de gestão da qualidade implantado;

4. As análises serão mensais com a avaliação dos seguintes parâmetros: cloro residual livre, cor, turbidez, pH, coliformes totais e E.coli;
5. Serão coletados, **mensalmente, 01 (um) ponto na saída do tratamento e 02 (dois) pontos aleatórios em locais estratégicos**, conforme art.º 41 da mesma Portaria (Pontos com fluxo expressivo de pessoas e/ou finais de rede);
6. Dessa forma, solicitamos à Vigilância a homologação do presente plano de amostragem.

Atenciosamente,


MARCELO GRASSI
Responsável Técnico
CRQ/PR nº 09101235
ART Nº 2018-20174140071

Defeito em 11/07/19




Luiz Aquiles Andrade
Diretor Departamento de
Vigilância em Saúde
Portaria Nº 025/2017

**Anexo II - Planilha de avaliação dos orçamentos - Página1.
pdf**

Orçamentos das empresas consultadas		Orça L	Orça F	Orça G	Orça T	Orça A	MÉDIA	QUANTIDADES	TOTAL
Item	Especificação	Valor Unitário	Valor Unitário	Valor Unitário	Valor Unitário	Valor Unitário	Valor Unitário		
1	Análise Mensal campus Laranjeiras do Sul/PR	R\$ 425,46	R\$ 289,00	R\$ 200,00	R\$ 175,00	R\$ 180,00	R\$ 185,00	60	R\$ 11.100,00
2	Análise Mensal campus Realeza/PR	R\$ 265,92	R\$ 289,00	R\$ 183,33	R\$ 175,00	R\$ 180,00	R\$ 179,44	90	R\$ 16.149,90
3	Análise Mensal campus Chapecó/SC	R\$ 265,92	R\$ 289,00	R\$ 166,66	R\$ 175,00	R\$ 160,00	R\$ 167,22	90	R\$ 15.049,80
4	Análise Mensal campus Erechim/RS	R\$ 265,92	R\$ 289,00	R\$ 190,00	R\$ 175,00	R\$ 130,00	R\$ 165,00	80	R\$ 13.200,00
5	Análise Semestral – poço campus Laranjeiras do Sul/PR	R\$ 6.876,53	R\$ 2.967,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.000,00	R\$ 3.150,00	R\$ 2.654,25	4	R\$ 10.617,00
6	Análise Semestral – poço campus Realeza/PR	R\$ 8.939,92	R\$ 2.967,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.000,00	R\$ 3.150,00	R\$ 2.654,25	2	R\$ 5.308,50
7	Análise Semestral – poço campus Chapecó/SC	R\$ 8.939,92	R\$ 2.967,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.880,00	R\$ 2.586,75	4	R\$ 10.347,00
8	Análise Semestral – poço campus Erechim/RS	R\$ 8.939,92	R\$ 2.967,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.880,00	R\$ 2.586,75	4	R\$ 10.347,00
		Descartados	Descartado o mensal					Total Geral	R\$ 92.119,20

Anexo II - Mapa de riscos analises de agua.pdf

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
60/2024	RUDINEI JUSTI	25/06/2024 10:16
Objeto da Matriz de Riscos		
Coleta de amostras e análise de parâmetros físico-químicos e microbiológicos de qualidade da água do abastecimento da UFFS.		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA	Especificação deficiente da demanda	Planejamento	Administração	Alto	
	Impactos					
1	Contratação e execução deficiente do objeto					
	Ações Preventivas					
P-01	Verificar se o objeto foi especificado adequadamente, contemplando unidade de medida, quantidade. Responsável: RUDINEI JUSTI					
	Ações de Contingência					
C-01	Havendo erro, devolver para complementação das informações Responsável: RUDINEI JUSTI					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	CRIAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO	Descumprimento de formalidade legal	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Ausência de ato designatório da equipe de Planejamento de Contratação					
	Ações Preventivas					
P-01	Adotar checklist dos procedimentos a serem utilizados para o planejamento de contratação Responsável: RUDINEI JUSTI					
	Ações de Contingência					
C-01	Providenciar o ato de designação formal da equipe de planejamento Responsável: RUDINEI JUSTI					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PRELIMINARES	Estudos preliminares deficiente	Planejamento	Administração	Alto	
	Impactos					
1	Licitação fracassada, deserta ou contratação deficiente					
	Ações Preventivas					
P-01	Elaborar checklist que contemple, no que couber, os requisitos previstos no §1º, art. 24, da IN/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017. Elaborar ETP Digital e realizar reuniões da equipe de planejamento para aprovação das etapas do ETP Digital. Responsável: RUDINEI JUSTI					
	Ações de Contingência					
C-01	Corrigir as deficiências detectadas nos estudos preliminares Responsável: RUDINEI JUSTI					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA	Falha na elaboração Termo de Referência	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Licitação fracassada, deserta ou contratação deficiente					
	Ações Preventivas					
P-01	Propor checklist que identifique, no que couber, os requisitos previstos no art. 30, da IN/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017. Seguir Modelo apresentado pela AGU. Realizar Reuniões de Equipe para apresentação da evolução do Termo de Referência, Pesquisa de outras contratações de mesma natureza e escopo. Responsável: RUDINEI JUSTI					
	Ações de Contingência					

C-01	Revisão do termo de referência e incluir as instruções ausentes.				Responsável: RUDINEI JUSTI	
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA	DO DE Descumprimento de formalidade legal	Planejamento	Administração	Alto	
Impactos						
1	Ausência da aprovação do Termo de Referência					
Ações Preventivas						
P-01	Adoção de checklist com item de aprovação do TR pela autoridade competente.			Responsável: RUDINEI JUSTI		
Ações de Contingência						
C-01	Encaminhar à autoridade competente o processo para aprovação do Termo de Referência.			Responsável: RUDINEI JUSTI		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	APROVAÇÃO DO EDITAL PELO SETOR JURÍDICO	DO PELO Descumprimento de formalidade legal	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	
Impactos						
1	Ausência de aprovação do edital pelo setor jurídico					
Ações Preventivas						
P-01	Adoção de checklist contemplando o item "aprovação do edital pelo setor jurídico".			Responsável: RUDINEI JUSTI		
Ações de Contingência						
C-01	Enviar o processo, mesmo, extemporaneamente, para apreciação jurídica.			Responsável: RUDINEI JUSTI		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-07	FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO	Recusa de assinatura contratuais.	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
Impactos						
1	Descontinuidade da prestação dos serviços e transtornos para a administração.					
Ações Preventivas						
P-01	Garantir na fase habilitatória que a empresa selecionada reúna as condições técnico-operacional e financeira necessária à execução do objeto.			Responsável: RUDINEI JUSTI		
Ações de Contingência						
C-01	Realizar cadastro de reserva.			Responsável: RUDINEI JUSTI		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-08	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	Execução em desacordo com o contrato; não pagamento de salários e benefícios correspondentes à CCT, não reposição de mão-de-obra ausente, não aplicação de material.	Gestão de Contrato	Contratada	Extremo	
Impactos						
1	Prejuízo para o erário, responsabilização subsidiária da Administração.					
Ações Preventivas						
P-01	Realizar avaliações periódicas dos serviços. - registros, notificações e reuniões periódicas com a contratada para exposições de ocorrências e que providencias estão sendo tomadas.			Responsável: RUDINEI JUSTI		
Ações de Contingência						
C-01	Demonstrada a incapacidade da contratada, rescisão de contrato, convocação da segunda colocada ou assunção do contrato.			Responsável: RUDINEI JUSTI		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-09	Execução da amostragem com erro de procedimentos, má conservação da amostra, frascos inadequados.	da com de Execução da amostragem com erro de procedimentos, má conservação da amostra, frascos inadequados.	Planejamento	Contratada	Médio	
Impactos						
1	Análises com alterações nos resultados analíticos.					
Ações Preventivas						
P-01	Solicitar a coleta pelo laboratório especializado, fiscalização dos serviços, realização de análises em campo, exigir sistema de qualidade.			Responsável: RUDINEI JUSTI		
Ações de Contingência						
C-01	Em caso de erro de parâmetros, efetuar a recoleta do serviço.			Responsável: RUDINEI JUSTI		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

RUDINEI JUSTI

Agente de contratação

Anexo III - Ordem de servico.pdf



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
www.uffs.edu.br

ENCARTE - ORDEM DE SERVIÇO

Contrato nº XX/2024

Pregão Eletrônico nº 22/2024

Processo Administrativo nº 23205.020100/2024-37

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Solicita-se o início da prestação de serviços referente ao Contrato nº XX/2024 a partir da data de _____ conforme especificações a seguir:

Item	Especificação	Un	Quant.ano	Valor Unitário	Valor Total
	Análise Mensal campus Laranjeiras do Sul/PR (Catser 19143)	un	60		
	Análise Mensal campus Realeza/PR	un	90		
	Análise Mensal campus Chapecó/SC	un	90		
	Análise Mensal campus Erechim/RS	un	80		
	Análise Semestral – poço campus Laranjeiras do Sul/PR	un	4		
	Análise Semestral – poço campus Realeza/PR	un	2		
	Análise Semestral – poço campus Chapecó/SC	un	4		
	Análise Semestral – poço campus Erechim/RS	un	4		

Critérios de avaliação dos serviços: Considerando-se a simplicidade da execução do objeto, não há necessidade de emissão de Índice de Medição de Resultados. Fica também facultado ao Fiscal a emissão ou não desta Ordem de Serviço.

Local de realização:

Prazo de execução: XX/XX/2024 até XX/XX/2024

Recursos financeiros: Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de Serviço serão originários da classificação funcional programática e empenho associado ao Contrato nº XX/2024.

Anexo IV - Declaracao de Vistoria.pdf



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
www.uffs.edu.br

MODELO DECLARAÇÃO DE VISTORIA DE IMÓVEL

DECLARAÇÃO

_____(nome da empresa), CNPJ nº _____,
sediada _____(endereço), por intermédio
de seu representante legal, e para os fins do Pregão Eletrônico nº 22/2024, **DECLARA**
expressamente que tem conhecimento dos locais de coleta de água a serem realizados em todos os
campi da UFFS conforme Termo de Referência, não apresentando nenhuma inconveniência nem
obstáculos para a execução do objeto; não podendo em hipótese alguma alegar desconhecimento
das peculiaridades porventura existentes, para efeitos de orçamento, elaboração de planilhas e
execução dos serviços.

Local, ____ de _____ de 2024.

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)



F0053 - TERMO DE REFERÊNCIA N° 2/2024 - DGA (10.46.03.02)
(N° do Documento: 4)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 04/10/2024 15:35)

CESAR AUGUSTO DI DOMENICO

SUPERINTENDENTE

SUADM (10.46.03)

Matrícula: ###436#4

(Assinado digitalmente em 04/10/2024 15:17)

EDINEIA PAULA SARTORI SCHMITZ

TECNICO DE LABORATORIO AREA

CLAB - RE (10.40.07.08)

Matrícula: ###944#1

(Assinado digitalmente em 07/10/2024 08:36)

MARCELO GRASSI

TECNOLOGO-FORMACAO

CLAB - LS (10.42.09.06)

Matrícula: ###643#7

(Assinado digitalmente em 04/10/2024 15:32)

ODINEI FOGOLARI

TECNOLOGO-FORMACAO

CLAB - CH (10.41.13.09)

Matrícula: ###440#2

(Assinado digitalmente em 04/10/2024 15:03)

ROBERTO ROSEIRA

TECNICO EM EDIFICACOES

ASSINFR - LS (10.42.10.05)

Matrícula: ###456#6

(Assinado digitalmente em 07/10/2024 08:29)

RODRIGO BURIN

SANITARISTA

ASSINFR - ER (10.44.06.05)

Matrícula: ###957#0

(Assinado digitalmente em 04/10/2024 14:09)

RUDINEI JUSTI

CHEFE

DGA (10.46.03.02)

Matrícula: ###553#5

Visualize o documento original em <https://sipac.uffs.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 4,
ano: 2024, tipo: F0053 - TERMO DE REFERÊNCIA, data de emissão: 04/10/2024 e o código de verificação:
8c6d30f1af